18º ENPESS
Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social
10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia: desafios a uma formação profissional emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social

(DES)RAZÃO E ANTI-HUMANISMO: CONTRAPONTOS ENTRE O CHAMADO "PENSAMENTO PÓS-MODERNO" E OS VALORES DA MODERNIDADE.

NANCI LAGIOTO HESPANHOL SIMÕES[1]

ALEXANDRE ARANHA ARBIA[2]

RESUMO:

O presente artigo se propôs a identificar os principais contrapontos existentes entre os ideários moderno e "pós-moderno". Para tanto foi necessário percorrer brevemente, os fatos históricos que justificaram a emergência do ideário moderno, a decadência ideológica da burguesia e a ascensão do chamado *"pensamento pós-moderno*".

Palavras chave: modernidade; pós-modernidade; burguesia; capitalismo.

ABSTRACT:

This article set out to identify the main counterpoints between modern and *"post-modern*" ideas. To do so, it was necessary to briefly review the historical facts that justified the emergence of modern ideas, the ideological decadence of the bourgeoisie and the rise of the so-called *"post-modern thought*.

Keywords: modernity; postmodernity. bourgeoisie; capitalism.

1 INTRODUÇÃO

Viveríamos, de fato, tempos pós modernos? Qual é o significado preciso desta expressão? O que seria a chamada "pós-modernidade"? Não existe consenso a respeito da chamada

[1] Universidade Federal de Juiz de Fora
[2] Universidade Federal de Juiz de Fora

"pós-modernidade". A rigor e em última instância, seu conjunto característico de valores é essencialmente negativo, ou seja, afirma-se virtualmente numa negação do ideário moderno. Não seria a chamada "crise da modernidade" uma crise sistêmica do próprio capital, sub-repticiamente assimilada à modernidade?

O presente trabalho[3] propõe sintetizar dois contrapontos principais existentes entre os ideários moderno e "pós-moderno", aportando elementos a um debate incontornável para o entendimento do pensamento contemporâneo e os seus impactos nos processos sociais em curso, no Brasil e no mundo.

2. 1 - Desenvolvimento

Os valores denominados "modernos" são a marca sociocultural de ascensão e consolidação da sociedade burguesa. Neste sentido, a própria ideia de modernidade não pode ser interpretada como uma "noção genérica ou conceitualmente amorfa" nem tratada a partir da "supressão de sua natureza sócio-histórica e suas determinações ontológicas" (EVANGELISTA, 1997, p. 50).

O contexto de formação dos valores modernos é a extraordinária ampliação das relações mercantis experimentadas pela Europa a partir do séc. XVI. As novas condições de existência nos centros urbanos, em processo de expansão, desencadearam também novas formas de pensar trazendo uma profunda renovação aos costumes. As concepções dogmáticas e restritas do mundo, adequadas a à cristalização das relações sociais do medievo, ancoradas nas concepções religiosas foram sendo reformuladas ou mesmo abandonadas, dando lugar ao pensamento moderno, que "*institui um novo modelo explicativo do real, fundado no primado da razão e na capacidade do homem em formular teorias cientificas, a partir de leis objetivas*" (SIMIONATTO, 2009, p.88). Ora, cada época histórica formula suas próprias concepções a respeito dos dilemas práticos. Como consideram Vaisman e Fortes (2020, p. XIII):

> Todo pensamento possui uma gênese social e, assim, cumpre igualmente uma função social específica. Este é o sentido da determinação lukacsiana segundo a qual "não há filosofia inocente". Todo grande pensamento cumpre, nessa medida, uma missão social, aspecto que destaca seu enraizamento nas tendências – contraditórias – postas pela realidade social de dado momento histórico.

[3] Estruturado a partir das pesquisas que vêm sendo realizadas para composição da tese de doutoramento da primeira autora, sob orientação do segundo autor.

Todo o conjunto do pensamento de uma época, toda expressão sociocultural humana exprime, de um modo mais ou menos abstrato, correto ou incorreto, os dilemas humanos do tempo histórico. Logo, compreender, de saída, as transformações sociais concretas enfrentadas pela sociedade europeia na passagem do feudalismo ao capitalismo é *conditio sine qua non* para uma definição mais acurada dos valores modernos.

a) Do feudalismo ao capitalismo: o devenir da sociedade e dos valores modernos

O feudalismo tem como marco temporal o período compreendido entre os séculos X e XIII (Anderson, 199, p. 77), existindo significativas diferenças entre as suas entificações tanto na Europa Ocidental quanto Oriental, mas também semelhanças importantes, sobretudo no que se refere à "forma pela qual era extraído o trabalho excedente não remunerado dos produtores diretos" (Dobb, 1997, p. 72).

Na síntese de Anderson:

> Foi um modo de produção regido pela terra e por uma economia natural na qual nem o trabalho nem o produto do trabalho eram bens. O produtor imediato – o camponês – estava unido ao meio de produção – o solo – por uma específica relação social. A fórmula literal deste relacionamento era proporcionada pela definição legal da servidão – gleba adscripti ou ligados à terra: os servos juridicamente tinham mobilidade restrita. Os camponeses que ocupavam e cultivavam a terra não eram seus proprietários. A propriedade agrícola era controlada privadamente pela classe dos senhores feudais, que extraiam um excedente de produção dos camponeses, através de uma relação político-legal de coação. Esta coerção extraeconômica, tomando a forma de serviços, arrendamentos em espécies ou obrigações, consuetudinárias ao senhor individual pelo camponês, era exercida tanto na própria terra senhorial diretamente ligada à pessoa do senhor, como nas faixas pequenas de arrendamento (ou virgates) cultivadas pelo camponês). Seu efeito foi necessariamente um amálgama de exploração econômica e autoridade política. O camponês estava sujeito à jurisdição de seu senhor (Anderson, 1991, p. 143).

Diferentemente do que veio a ocorrer com o capitalismo, que se torna homogêneo e dominante em escala global, o período da idade média não experimenta a existência de um único modo de produção. Outras formas terminaram por coexistir junto ao arranjo feudal, como a escravidão e a atividade dos camponeses livres. A sociedade feudal, portanto, caracterizou-se pela heterogeneidade, já que a implantação do feudalismo atravessou diferentes caminhos na Europa Ocidental, assim como ocorreu de forma diferenciada, com características específicas na Alemanha, Inglaterra, Suécia, Escandinávia, Itália, Espanha etc. Sempre segundo Anderson (1991), quanto mais próximo de Roma, mais o feudalismo adquiria tonalidades que reportavam às

ruínas do império romano; quanto mais ao norte, maiores suas proximidades com o antigo modo de produção germânico. A França foi, possivelmente, o exemplo mais típico do feudalismo.

A "*parcelarização da soberania" (*Anderson, 1991, p.143)[4] e o surgimento das cidades medievais, na Europa ocidental, com significativa autonomia em relação ao sistema feudal, contribuíram, dentre outros fatores, para a transição do regime feudal para o capitalismo.

As relações de produção características do feudalismo eram permeadas pelo vínculo do camponês à terra, mediado pela coação direta do suserano (Dobb,1997, p.73). Esta relação se resolve pela dissolução do vínculo entre trabalhador e meios de produção: duplamente livre (Marx, 2006, p. 828), o acesso à atividade essencial (trabalho) em sua integralidade passa a ser mediado, agora, pela relação de compra e venda de força de trabalho. Apartado da terra, o produtor direto torna-se agora detentor de uma mercadoria específica – força de trabalho – que entra no processo global de troca.

Outros fatores inegavelmente tiveram importância na passagem do feudalismo para o capitalismo. No campo, a passagem do feudalismo para o capitalismo foi impulsionada pela luta de entre os camponeses e senhores feudais. Nas cidades, o crescimento do comércio. Mas Dobb (1997, p. 73) destaca a questão crucial:

> a transição da apropriação coercitiva do trabalho excedente pelos proprietários para o uso de trabalho assalariado livre deve ter dependido da existência de oferta de trabalho barato (i. e., de elementos proletários ou semiproletários). Para mim este foi um fator mais importante do que a proximidade dos mercados na determinação da sobrevivência ou dissolução das antigas relações sociais. É claro que houve interação entre este fator e o crescimento do comércio: em especial (como já mencionei), o efeito deste último sobre o processo da diferenciação social no interior do pequeno modo de produção. Este fator, todavia, certamente deve ter desempenhado um papel decisivo na determinação do efeito exato [pág. 76] que o comércio exerceu em diferentes lugares e em diferentes períodos? Possivelmente Sweezy não acentuou este fator porque o considera óbvio demais; ou talvez porque considere o arrendamento de terras por dinheiro como o sucessor imediato da prestação de serviços.

Sem a pretensão de esgotar os fatos históricos e as abordagens diferenciadas sobre o feudalismo e sua passagem para o capitalismo, estes podem ser considerados, sinteticamente, os principais fatores que a desencadearam.

---

[4] *Uma* das características fundamentais do feudalismo era a hierarquização entre os próprios senhores feudais, que, dentre outros motivos, culminou na "*parcelarização da soberania" (*Anderson, 1991, p. 143), fenômeno que caracterizou o feudalismo ocidental em três aspectos estruturais: o primeiro diz respeito à coexistência dos modos de produção pré-feudais (terras aldeãs comunais e lotes camponeses alodiais); o segundo, ao surgimento da cidade medieval na Europa ocidental e, por último, a existência de "*uma ambiguidade ou oscilação inerente no vértice de toda a hierarquia das dependências feudais*"(Anderson, 1991, p. 147).

As tentativas de compreender e atuar frente à transição e a necessidade de justificar idealmente a nova realidade impulsionou a ultrapassagem, também no plano do espírito, das concepções restritivas e dogmáticas do mundo, inaugurando uma nova forma de pensar e estruturar valores fundada na razão, ou seja, a modernidade.

Seu marco inaugural pode ser encontrado na *Renascença*, com o deslocamento do homem para o centro das representações do mundo, o que se expressou nas artes plásticas, sobretudo na escultura e na pintura, na literatura, na teoria política. O resgate dos ideais filosóficos e estéticos clássicos marcariam a ascensão do ideário humanista entre os séculos XIV e XVI.

No século XVII, Bacon e Descarte aportaram contribuições para a consolidação do método científico, estruturando as bases filosóficas do racionalismo:

> O método científico devia basear-se na objetividade e na dúvida metódica, de modo a garantir a eliminação da interferência da subjetividade e dos preconceitos de quaisquer espécies na observação e na experimentação características da atividade científica. O conhecimento científico passou a ser amplamente aceito e reconhecido, pois a ciência chegou à descoberta de leis que ordenavam a natureza, permitindo de forma crescente, o controle e a previsão dos mais diversos tipos de fenômenos naturais. Foi neste período que se destacaram figuras como Newton, Galileu, Kepler e Pascal, dentre outros, no mundo da ciência (EVANGELISTA, 1997, p.44).

Alcançando o século XVIII, o *Iluminismo* coroou o processo que instituiu uma nova forma de pensar, fundada na dessacralização do mundo e da secularização do homem, sendo que a aplicação do método científico para explicar o mundo natural fez com que as ciências naturais se tornassem um modelo para o conhecimento humano em geral. Com o Iluminismo, o conhecimento alcança os patamares de negação dos princípios e valores da sociedade feudal, rechaçando a desigualdade estamental em suas feições econômica e política restritivas:

> O conhecimento estava a serviço da emancipação humana e da melhoria da vida cotidiana e tinha por objetivos o domínio científico da natureza e o desenvolvimento de formas racionais de organização social. Os modos racionais de pensamento eram a garantia para a libertação do homem em relação ao poder dos mitos, da religião, da superstição e do arbítrio[...]. O Iluminismo constitui a viga-mestra do projeto da modernidade, ao consagrar como valores pétreos, sob os auspícios da razão, a universalidade, a individualidade e a autonomia na sociedade ocidental. (EVANGELISTA, 1997, p. 45).

A razão, a ciência e o progresso foram estabelecidos como ideais centrais do projeto moderno, no cenário intelectual do século XIX, permeado por um otimismo generalizado em relação às possibilidades da nova ordem social capitalista.

Berman (1986) busca demonstrar que havia um clima social de subversão geral das formas de vida conhecidas, com as promessas prenunciadas pela era moderna, no qual os distintos sujeitos sociais apareciam marcados

> pelo desejo de mudança — de autotransformação e de transformação do mundo em redor — e pelo terror da desorientação e da desintegração, o terror da vida que se desfaz em pedaços. Todos conhecem a vertigem e o terror de um mundo no qual "tudo o que é sólido desmancha no ar". Ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição. É sentir-se fortalecido pelas imensas organizações burocráticas que detêm o poder de controlar e frequentemente destruir comunidades, valores, vidas; e ainda sentir-se compelido a enfrentar essas forças, a lutar para mudar o seu mundo transformando-o em nosso mundo. É ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador: aberto a novas possibilidades de experiência e aventura, aterrorizado pelo abismo niilista ao qual tantas das aventuras modernas conduzem, na expectativa de criar e conservar algo real, ainda quando tudo em volta se desfaz (Berman, 1986, p.14).

A vida moderna, portanto, dentre outras características, pode ser identificada como um período de grandes mudanças e descobertas nas ciências físicas, nas revoluções epistemológica e tecnológica, bem como em uma extraordinária explosão demográfica e acelerado crescimento urbano; os estados nacionais se fortaleceram, ampliaram sua dimensão burocrática e complexificaram sua própria estrutura. Surgem ainda neste cenário novas formas do poder corporativo e da luta de classes, ganham protagonismo os movimentos sociais de massa vinculados aos trabalhadores, escalam os conflitos entre nações, que se desenvolvem em confronto bélico direto na disputa por domínio de territórios que possam ser integrados às suas próprias dinâmicas capitalistas.

Na década de 1970, começam a despontar e ganhar força, o pensamento estruturalista, através de artistas e escritores, havendo um distanciamento cada vez maior das questões relacionadas à modernidade. Aparecem neste cenário os que adotam a mística do pós-modernismo:

> que se esforça para cultivar a ignorância da história e da cultura modernas e se manifesta como se todos os sentimentos humanos, toda a expressividade, atividade, sexualidade e senso de comunidade acabassem de ser inventados — pelos pós-modernistas — e fossem desconhecidos, ou mesmo inconcebíveis, até a semana passada (Berman,1986, p.32).

b) A virada das ideias: notações resumidas sobre a decadência ideológica da burguesia

No quadro social em que se engendrou o projeto da modernidade capitalista, marcado pelos processos sociais de industrialização e de urbanização, emergiram tensões e contradições sociais que se expressaram nas condições de trabalho vigentes nas unidades fabris, bem como a

precarização das condições de vida e de moradia da classe operária[5]. Neste cenário, o proletariado constituiu um movimento de resistência e revolta em relação às suas condições de existência na sociedade burguesa e a exploração do trabalho pelos capitalistas, o que favoreceu a disseminação das ideias socialistas entre os trabalhadores. O socialismo, portanto, no século XIX, *"ganhará o coração e a mente das massas operárias, apresentando-se como uma das vertentes críticas do pensamento social, que herdou o espírito revolucionário do Iluminismo*" (EVANGELISTA, 1997, p.48).

Frente à questão social que emergia na ascendente sociedade burguesa, os conflitos sociais se tornaram objeto de estudo de intelectuais da época, gerando um intenso debate ideológico entre conservadores, liberais e revolucionários, que discutiam sobre a manutenção da reforma ou da necessidade de transformação da sociedade capitalista. Este debate ocorreu em praticamente todos os países europeus, mobilizando forças sociais e políticas, e criou as condições intelectuais para a constituição da matriz geradora das atuais ciências sociais. De acordo com Evangelista (1997):

> [...] a modernidade, em ternos intelectuais, caracterizou-se por uma pluralidade de formas de pensamento que, dificilmente, podem ser reduzidas aos mesmos pressupostos. No entanto, algumas dessas abordagens se tornaram hegemônicas, como formas de pensar no mundo ocidental, em que se estabeleceu uma clara primazia do conhecimento técnico-científico como modelo privilegiado de racionalidade – fundada numa objetividade que pressupunha a separação entre o sujeito e o objeto do conhecimento e na eliminação das interferências deformadoras da subjetividade na análise dos fenômenos –, dirigido para a busca sistemática da eficiência e da produtividade na relação com o homem e com a natureza. (EVANGELISTA, 1997, p. 49).

Contudo, as duas grandes matrizes teóricas, que marcam a razão moderna foram o positivismo e a teoria social marxista. A primeira constitui-se como sustentáculo da ordem burguesa, considerando que esta precisava de um ideário para manter a perpetuação de suas estruturas, no campo político, econômico e social, no sentido de se proteger contra a as ameaças decorrentes das lutas sociais e políticas, desencadeadas neste período histórico. Na perspectiva da matriz positivista derivam as vertentes denominadas funcionalismo, estruturalismo e estrutural-funcionalismo, cuja abordagem para o conhecimento do real está ancorada na "racionalidade formal abstrata" ou "razão instrumental" que nega a dimensão dialética, histórica e humana da práxis social (SIMIONATTO, 2009, p. 90).

Segundo Coutinho (2010), a história da filosofia burguesa pode ser compreendida em duas etapas principais. A primeira delas é caracterizada por um movimento progressista e ascendente,

[5] Cf. O clássico estudo de Engels (2010) sobre o processo de urbanização.

com uma orientação humanista e dialética, tendo início com os pensadores renascentistas até Hegel. A segunda etapa é demarcada por uma decadência vindo na sequência de uma total ruptura com as conquistas anteriores, tendo como marco histórico o período de 1830 a 1848. "Essa descontinuidade da evolução filosófica corresponde naturalmente à própria descontinuidade do desenvolvimento capitalista" (COUTINHO, 2010, p. 21). É notável, portanto, que em sua primeira etapa, a burguesia representasse os interesses do povo, no combate ao feudalismo e que, na segunda etapa, quando o proletariado surge na história como classe autônoma, a burguesia mude os seus rumos, tornando-se conservadora, voltando seus interesses a justificação ideal do existente. Neste sentido a razão – explicitadora de contradições – passa a ser vista com um crescente ceticismo.

Ainda sobre a decadência, Lukács (2016) situa o período que antecedeu a Revolução de 1848, incluindo aqui a sua preparação e a direção ideológica da "*ala proletária da revolução ideológica*" (Lukács, 2016, p.100), como o limiar evolutivo do pensamento filosófico e científico burguês. A dissolução do hegelianismo e da economia política que se seguem, marcam, nas palavras do autor, um "processo de desarticulação [que] caracteriza o fim da última grande filosofia da sociedade burguesa" (Lukács, 2016, p. 100), tornando o proletariado herdeiro do pensamento dialético, histórico, racionalista e humanista. Estão abertas as portas para a superação da filosofia burguesa pelo materialismo histórico-dialético.

Reconhecendo a abrangência e a complexidade dos aspectos e características do período da decadência ideológica, Lukács (2016) procurou indicar seu aspecto mais decisivo: a fuga da realidade mascarada em um pensamento pseudocientífico; em outros termos, a "virada da ciência".

> Com a fuga para a supremacia da ideologia "pura", com a liquidação do materialismo e da dialética espontâneos dos representantes do "período heroico" no desenvolvimento burguês. O pensamento dos apologistas passa a fecundar-se não mais nas contradições do progresso social; pelo contrário, ele deseja mitigá-las de modo que correspondam às necessidades econômicas e políticas da burguesia (Lukács, 2016, p.101).

A exemplo do que bem caracteriza a "fuga da realidade", Marx e Engels criticam Guizot, que antes de 1848, havia desenvolvido contribuições sobre o papel da luta de classes na história do surgimento da sociedade burguesa. No entanto, sua posição se altera após a primavera dos povos: Guizot publica uma brochura sobre as diferenças entre as revoluções inglesa e francesa, onde agarra-se à tese reacionária do equívoco da revolução de 1848, querendo "*provar, a qualquer preço, que a manutenção da Monarquia de Julho*[6] *foi um imperativo da razão histórica*"

[6] Sobre esses eventos, cf. a brilhante análise de Marx (2012).

(Lukács, 2016, p. 101), desconsiderando-se olimpicamente as diferenças existentes quanto ao desenvolvimento agrário, nos dois países, em relação ao incipiente capitalismo.

Em síntese, o que demonstra Lukács (2016) é que Guizot, desconsidera fatos históricos centrais (fuga da realidade). Nas palavras de Lukács (2016), esta é uma tendência geral entre os ideólogos do período da decadência, ou seja, *"uma fuga para a pseudo-história ideologicamente ajustada, superficialmente concebida, subjetivística e misticamente distorcida"* (Lukács, 2016, p. 102). Para o autor, **e**ste distanciamento da realidade, ou isolamento da vida em sociedade, transforma os enunciados científicos em meras fraseologias.

Lukács chama atenção, assim, para dois aspectos da "virada da ciência" no período da decadência: um de teor filosófico e o outro de teor econômico.

O primeiro exemplo, exemplificado por James Mill, como o ponto de partida metodológico da "primeira apologética rasa e direta" (Lukács, 2016, p. 105); conforme a caracterização de Marx,

> Mil quer, de um lado, apresentar a produção burguesa como forma absoluta da produção e, por isso procura demonstrar que as contradições reais delas são apenas aparentes. De um lado busca apresentar a teoria ricardiana como a forma teórica absoluta desse modo de produção e demonstrar que inexistem as contradições teóricas, tanto as sustentadas por outros, quanto as que o importunam. [...] é a tentativa pura e simples de apresentar como existente o que não existe. Contudo, é nessa forma imediata que mil tenta solucionar o problema. Assim não é possível resolvê-lo, mas apenas eliminar a dificuldade, mediante um raciocínio específico e, portanto, é pura escolástica (*apud* Lukács, 2016, p. 103).

Já no âmbito da crítica filosófica, contra Bruno Bauer e os jovens hegelianos, considera Marx (apud Lukács, 2016, p. 103) que "a *expressão abstrata e nebulosa na qual, em Hegel, um conflito real é distorcido vale, para essa mente crítica como um conflito real [...] a fraseologia filosófica sobre uma questão real é, para ele, a própria questão real."* Ora, nas palavras de Lukács (2026, p. 104): "a manifestação mais clara deste método geral da virada apologética no pensamento burguês, ocorre quando ele é confrontado com a contradição do progresso da sociedade. O caráter contraditório do progresso é um problema universal da sociedade de classes".

Marx demonstra ainda o antagonismo existente entre a defesa que a burguesia faz do progresso e a crítica romântica ao capitalismo. Nas palavras de Lukács (2016, p. 104):

> Com a virada para a apologética, a linha de Ricardo é distorcida e rebaixada à condição de elogio direto e vulgar do capitalismo. A crítica romântica do capitalismo evolui para uma apologética mais completa e exigente, mas não menos desonesta e eclética, da sociedade burguesa, para seu louvor indireto, sua defesa a partir de seus "lados ruins". [...] o processo espontâneo da decadência científica opera de mãos dadas com a defesa consciente e venal da economia capitalista.

No caso de Malthus, embora sua defesa do capitalismo parta das próprias dissonâncias deste sistema econômico, sua abordagem difere totalmente da defesa presente em clássicos como Ricardo e Sismondi.

Ricardo posiciona-se a favor da "produção pela produção", entendendo o proletariado como parte da maquinaria e critica qualquer classe que se oponha ao progresso, mesmo que seja a própria burguesia. Marx considera o acerto parcial de Ricardo, uma vez quena produção capitalista, a força de trabalho humana é tomada como mercadoria.

Já Sismondi, considerado por Marx como pensador corajoso e honesto, mediante as teses de Ricardo, tece uma crítica romântica ao capitalismo, ressaltando as contradições da sociedade burguesa, ainda que sem compreender seus fundamentos, e aos direitos singulares dos homens.

Malthus defende a sociedade capitalista por caminhos opostos aos de Ricardo. Segundo Marx (*apud* Lukács, 2016, p. 106):

> Malthus também quer o desenvolvimento mais livre possível da produção capitalista, só que a condição desse desenvolvimento é a miséria dos seus principais agentes, as classes trabalhadoras, e essa produção deve, ao mesmo tempo, adaptar-se às "necessidades de consumo" da aristocracia, e de suas ramificações no Estado e na Igreja, e servir de base material para as exigências arcaicas dos representantes dos interesses remanescentes do feudalismo e do absolutismo monárquico. Malthus deseja a produção burguesa, desde que não seja revolucionária, não constitua fator histórico, e sim, mera base material mais ampla e cômoda para a "velha sociedade".

Marx considera ainda que Malthus toca o anticapitalismo romântico ao se referir às contradições do capitalismo, já que não se importa em encobri-las; ao contrário, busca ressaltá-las com o propósito de demonstrar que a miséria da classe trabalhadora é necessária.

Malthus, portanto, é considerado por Marx como o *"precursor do declínio extremo da ideologia burguesa, que só depois tomaria o poder geral, sob a influência dos eventos internacionais de 1848* (Lukács, 2016, p. 107).

Nesta linha da crítica romântica ao capitalismo, outro autor analisado por Marx foi Thomas Carlyle, reduzido de talentoso representante do capitalismo romântico "*à condição de aleijão decadente, de apologista desonesto do capitalismo".* (Lukács, 2016, p. 107). Assim como ele, pode-se mencionar Linguet (séc. XVIII), Balzac e Fourier (séc. XIX).

Os eventos de 1848 foram interpretados por Carlyle como a derrocada da democracia. Ignorando as posições da classe trabalhadora, tomou-os por caóticos, argumentando em favor da

ordem e da hierarquização social como “lei natural eterna” (Lukács, 2016, p. 108), numa “apologética filistéia do sistema capitalista*”* (Lukács, 2016, p. 108).

Sintetizando, o que Lukács (2016) tenta demonstrar em relação à decadência ideológica, na perspectiva da crítica marxiana, é que existiu uma mistura eclética de imediaticidade e escolástica, sendo esta a “*chave para a real compreensão de muitos pensadores modernos considerados profundos”* (Lukács, 2016, p. 110):

> O fato de a decadência ideológica não levantar problemas fundamentalmente novos advém de uma necessidade social. Suas questões essenciais, assim como as do período clássico da ideologia burguesa, são respostas aos desafios postos pelo desenvolvimento social do capitalismo. A diferença consiste meramente em que os ideólogos mais deram uma resposta honesta e científica, ainda que incompleta e contraditória, ao passo que a decadência escapa covardemente de articular em voz alta o que existe e mascara essa fuga com “cientificidade objetiva” ou como matéria interessante de cunho romântico. Em ambos os casos, ela é, em essência, acrítica, atendo-se à superfície dos fenômenos, à imediaticidade, e interliga de forma eclética, fragmentos de ideias contraditórias (Lukács, 2016, p.111).

A síntese acima é fundamental para se compreender as características da decadência ideológica, em seus dois períodos, frente à sociedade capitalista. Mas Lukács (2016), chama a atenção para outra questão decisiva: **a divisão social do trabalho**. Embora anterior à sociedade capitalista, com a centralidade que a mercadoria adquire neste modo de produção, ela se amplia e aprofunda, e dois elementos fundamentais precisam ser considerados: a divisão entre cidade e campo e a separação entre trabalho físico e trabalho intelectual.

Segundo Lukács (2016):

> a divisão capitalista do trabalho não só submete a si todos os campos da atividade material e intelectual, mas penetra profundamente na alma de cada homem singular e provoca nela deformações drásticas que, então, aparecem de formas variadas, em diversos modos de expressão ideológica. A submissão passiva aos efeitos da divisão do trabalho, a aceitação inconteste dessas deformações psíquicas e morais, bem como até seu aprofundamento e embelezamento pelos pensadores e escritores decadentes, constituem, um dos mais importantes traços do período da decadência (Lukács, 2016, p.112).

A análise do pensamento decadente feita por Lukács, em grande parte, justifica as afirmações de Rouanet (1993) de que é lugar comum afirmar que a modernidade está em crise. No entanto, no seu entendimento o que está em crise é "o projeto civilizatório da modernidade" (ROUANET, 1993, p.11), elaborado pela Ilustração, considerando que tal projeto possui como principais ingredientes os conceitos de universalidade, individualidade e autonomia. Rouanet considera que no Brasil e no mundo este projeto entrou em colapso, já que há uma recusa dos

valores civilizatórios propostos pela modernidade e o que se presencia é um "vácuo civilizatório" (ROUANET, 1993, p.11):

> há uma grande descrença com relação ao sistema econômico. O capitalismo é vivido como gerador de desemprego e de exploração, o socialismo fracassou em suas promessas de eliminar a injustiça social e de promover a abundância, e ambos se revelaram ecologicamente predatórios (ROUANET, 1993, p.11).

Dessa descrença decorre a suposição geral de que, com a derrocada do projeto moderno, estaríamos entrando em um novo período da história; atribui-se à modernidade o fracasso da relação entre a sociedade e a natureza, bem como a não efetivação da autonomia e da liberdade, pautados na razão. Neste sentido, a razão passa a ser tida como falaciosa, suspeita ou incapaz de cumprir, por seus próprios meios, as promessas emancipatórias. Frente à estas considerações, uma nova racionalidade, capaz de criar uma nova epistemologia, uma nova ciência e uma nova ética, passa a ser exigida. É nesta esteira que emerge o chamado “pensamento pós-moderno”.

c) A ascensão do chamado “pensamento pós-moderno”

Lyotard (1979) introduziu no debate das ciências sociais o “pensamento pós-moderno”, que adquire relevância no plano da cultura do ocidente capitalista e:

> irrompe nos domínios do saber, invade as manifestações estéticas, contagia as práticas políticas e, nas duas décadas seguintes, constituirá um campo teórico diferenciado e desencadeará a produção de uma bibliografia enorme, muito mais apologética que crítica” (NETTO, 2010, p. 256).

Mas para Netto (2010), as expressões do pensamento pós-moderno antecedem 1978, uma vez que o referido ensaio de Lyotard (1979) resgata tendências epistemológicas oriundas do neopositivismo e do estruturalismo.

A natureza da pós-modernidade é imprecisa. Entretanto, pode-se afirmar que “as ideias pós-modernas surgem como contraposição, como negação, ou como continuidade em novos termos deste período civilizatório chamado modernidade” (EVANGELISTA, 1997, p. 40). Evangelista (1997) afirma que não há consenso, no debate contemporâneo, em torno das relações que o pós-moderno mantém com o moderno e, nem tampouco, sobre a abrangência dos termos utilizados: “moderno/pós-moderno; modernidade/pós-modernidade ou mesmo pós-modernismo e modernismo” (EVANGELISTA, 1997, p. 40).

Para Netto (2010), a pós-modernidade não constitui um campo teórico e ideo-político homogêneo, sendo que há uma distinção entre aqueles pós-modernos de “oposição”, que são

críticos ao capitalismo e entre aqueles de "celebração". Do ponto de vista teórico, as distinções não são tão claras, "posto que não existe 'uma' ou a teoria da pós-modernidade: há teorias pós-modernas" (NETTO, 2010), que apresentam alguns traços em comum: a *aceitação da imediaticidade com que se apresentam os fenômenos sociais; a recusa da categoria da totalidade; a semiologização da realidade* (Netto, 2010). Há também duas constantes generalizadas: o ecletismo e o relativismo.

Para Netto (2010), um dos traços que melhor caracteriza a ambiência cultural pós-moderna reside na concepção idealista do mundo social:

> A regressão teórica contida nessa recaída idealista aparece especialmente na *entificação da razão* moderna, pelos pós-modernos, entificação que a torna um demiurgo onipotente de fazer inveja ao espírito hegeliano: a razão moderna é a responsável pelas "falácias" que se revestiram do caráter das "promessas" da modernidade – o controle otimizado da natureza (que, de fato, revelar-se-ia como destruição e vestíbulo da catástrofe ambiental) e a interação humana emancipada (que com efeito mostrar-se-ia como opressão e heteronomia). Para os pós-modernos na imanência da razão moderna, a dimensão instrumental estaria inevitavelmente vocacionada para "colonizar" a dimensão emancipatória (Netto, 2010, p. 263O autor considera que este idealismo não é inocente: representa o esforço da ordem burguesa em atribuir à *razão moderna* a realidade histórico-social contemporânea, ocultando a própria dinâmica da ordem social capitalista.

Os pensadores mais críticos vinculam as expressões do pensamento pós-moderno às transformações econômico-políticas e societárias, que ocorreram mundialmente a partir dos anos 1970. Harvey (2010) foi um dos que se dedicou a esta análise. As transformações ocorridas operaram uma total reconfiguração da ordem capitalista, sem, contudo, eliminar as suas "contradições elementares e a sua dinâmica essencialmente exploradora" (Netto, 2010, p.157).

Apesar das diferentes perspectivas de abordagem do pensamento pós-moderno, ele ganhou hegemonia entre a intelectualidade acadêmica, espraiando-se para amplos segmentos sociais. É como se fosse:

> um espelho em que se refletem os dados mais imediatos da sociabilidade própria ao tardo-capitalismo e à sociedade tardo-burguesa: a atomização da vida social, o fragmentário e o efêmero das relações humanas, o intimismo, o particularismo, a que são compelidos os indivíduos na sua vida cotidiana manipulada, a inépcia das instituições sócio-políticas universalizadoras que acaba por compelir a ação política a intervenções moleculares, descontextualização das experiências pessoais no mundo no marco da infovias, a espetacularização dos acontecimentos, a avalanche simbólica que satura os espaços sociais, a obsolescência programada do mundo das mercadorias e a compressão espaço-temporal experimentada por centenas de milhões de homens e mulheres (NETTO, 2010,p.266).

Na condição de espelho da sociabilidade burguesa tardia, o pensamento pós-moderno se coloca também como uma ideologia, mas no sentido de "uma falsa consciência, já que não pode reconhecer a sua própria historicidade, mas também consciência na medida em que fornece um certo tipo de conhecimento que permite aos homens e mulheres moverem-se na sua vida cotidiana" (NETTO, 2010, 266).

3. Conclusão: modernidade e "pós-modernidade" em contraponto

O projeto da modernidade marca a transição do feudalismo para capitalismo, sendo a expressão ideológica desta nova etapa da humanidade, tendo como ideias centrais a razão, a ciência e o progresso.

O cenário intelectual dos séculos XVIII e XIX é marcado tanto pelo otimismo frente as possibilidades da nova ordem social, onde simultaneamente se registram uma explosão demográfica e um crescimento urbano de forma catastrófica, quanto pelo descrédito frente a sua face contraditoriamente negativa. Essa negação assume desde a forma de um negacionismo romântico e escapista até mesmo às tentativas de derrubada revolucionária da ordem social.

Marx, sem deixar de reconhecer a sociedade capitalista como uma etapa histórica necessária ao desenvolvimento genérico do homem, denuncia as contradições inerentes ao modo de produção, demonstrando que a vida moderna se vê impossibilitada de efetivar os valores que ela própria criou, donde a necessidade de sua superação revolucionária.

Ao longo do século XX, de forma gradativa, o projeto da modernidade foi sendo engolfado pelo conjunto de contradições reais; a amplificação das expressões bárbaras do convívio social municiou os apologistas da ordem burguesa a colocarem sob suspeita o projeto moderno e a própria razão. Sob a influência do irracionalismo, emergem correntes filosóficas de grande expressividade, como o estruturalismo e pós-estruturalismo, que hoje compõem o chamado "pensamento pós-moderno".

Neste diapasão, **o primeiro contraponto entre modernidade e pós-modernidade está centrado na díade razão/irrazão.**

Se, no projeto da modernidade capitalista, a evolução científica, com seus critérios metodológicos justos, suas definições precisas e seu caráter experimental e racional ocupavam centralidade ideal, na chamada "pós-modernidade", o que se observa é um distanciamento, quando não negação, da própria razão.

O irracionalismo não possui uma história unitária e coerente, mas uma característica sua comum é a de evitar questionamentos filosóficos, metodológicos e ideológicos, embora possa se desenvolver de formas diferenciadas, a depender dos graus de desenvolvimento social e filosófico a ele correspondente. Todavia, em que pesem suas múltiplas expressões, todas se encontram, de um modo ou de outro, conectadas aos dilemas colocados pela história humana geral – por mais absurdas que possam se conformar as respostas.

Outra marca decisiva do irracionalismo é a "*transformação artificiosa da suposta insolubilidade em solução e a pretensão de que nessa recusa do problema, nesse desviar-se dele, nessa fuga diante de uma resposta positiva, esteja contida a verdadeira apreensão da realidade*" (Lukács, 2020, p. 93). A produção capitalista tem um significado fundamental para se compreender o irracionalismo e Lukács (2020) ressalta uma diferença qualitativa entre o desenvolvimento pré-capitalista e o capitalista: "o proletariado é a primeira classe oprimida da história universal que está em condições de contrapor à visão de mundo dos opressores, uma visão de mundo própria, independente e superior (Lukács, 2020, p. 95). Há também uma questão decisiva sobre a relação entre ciência e visão de mundo, ou seja, na fase de ascensão da burguesia é uma relação de incentivo mútuo e na "fase de decadência" se transforma em um impedimento para ambos, tendo como resultados uma situação particular na sociedade burguesa que é a a-cientificidade ou, em outros termos, o espirito anticientífico, que em momentos críticos de inflexão volta-se contra a razão.

O irracionalismo, como um subproduto do próprio capitalismo, é o principal contraponto aos valores da modernidade, podendo ser considerado a raiz do pensamento pós-moderno, e se expressa na vida cotidiana de formas diversificadas.

Um segundo contraponto fundamental do "pensamento pós-moderno" à modernidade é o anti-humanismo.

No transcorrer do século XX, a Europa, que pela expansão colonial terminou por tornar-se referência cultural para o restante da humanidade, perdeu a sua posição dominante dando lugar para os Estados Unidos. As duas grandes guerras mundiais foram decisivas para que o "facho da modernidade" fosse transferido para a potência norte-americana (Dosse, 1988, p. 390). Emerge, então, um pessimismo profundo em relação à história e, junto a ele, o "pensamento pós-moderno". As esperanças de evolução natural para um mundo melhor foram sufocadas, impondo-se a necessidade de descontinuidade, de um recomeço. No dizeres de Dosse (1988), no irracionalismo do pensamento estruturalista, "o humanismo, no sentido de um homem senhor do seu destino

perfectível, marchando direto para a perfeição [deixa de ser] admissível" (Dosse, 1988, p. 390), assim como foram invalidadas as lutas em defesa de valores de liberdade e igualdade, por estarem virtualmente condenadas ao fracasso. Há uma ruptura em relação ao iluminismo e uma descrença quanto ao progresso. A razão ocidental é pensada como "figuras sucessivas e descontínuas de estruturas diferentes [...] assiste-se então a um desdobramento infinito de epistemes que substituem o esquema unitário do evolucionismo (Dosse, 1988, p.393). São características da chamada "pós-modernidade" a evasão da história, a crise dos discursos de legitimação e um pessimismo quanto às ilusões da razão, havendo um questionamento quanto à própria noção de realidade. Neste sentido, o estruturalismo pode ser considerado como uma etapa deste processo de desconstrução, uma vez que se dissipam todos os polos de referência dos valores que eram tidos como eternos e universais. Segundo Dosse (1988), nos tempos "pós-modernos" assistiríamos a uma crise das grandes narrativas, dos meta-discursos, que são substituídos pelos "discursos múltiplos não atribuídos a um sujeito, simples jogos de linguagem, fibra sem malhas. O horizonte humano apaga-se, substituído por uma contingência de performance" (Dosse, 1988, p. 397).

Prometendo uma crítica sem concessões, o chamado "pensamento pós-moderno" advoga em favor da falência da razão, da dissolução do humano e da naturalização de uma realidade pretensamente estática e irreversível. Nestes aspectos, revolve os valores do anticapitalismo romântico para convertê-los em apologética de uma forma social em "crise rastejante" (Mészáros, 2002). E, como não podia ser diferente, esconde sob a copa pseudorrevolucionária as raízes do mais rude conservadorismo.

Referências

ANDERSON, P. As origens da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
COUTINHO, C.N.. O Estruturalismo e a Miséria da Razão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

DOBB, Maurice. Do feudalismo para o capitalismo. In SWEEZY, Paul. et. al. A transição do feudalismo para o capitalismo. Trad. Isabel Didonnet. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.

DOSSE, F. A História do Estruturalismo, v. 1, O Campo do Signo, Ensaio, São Paulo, 1993.

ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. [Tradução B. A. Schumann]. São Paulo: Boitempo, 2010.

EVANGELISTA, J.E. Crise do Marxismo e o Irracionalismo Pós-Moderno. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

FERRY, Luc; RENAUT, Alain; Pensamento 68, São Paulo, Editora Ensaio,1988.

FORTES, Ronaldo Vielmi. Trabalho e Gênese do Ser Social na “Ontologia” de György Lukács. Florianópolis, Em Debate/UFSC, 2016.

LE GOFF, Jacques. As raízes medievais da Europa. Trad. Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2007.

LUKÁCS, G. A Destruição da Razão, Tradução de Bernard Herman Hess, Rainer Patriota e Ronaldo Vielme Fortes, São Paulo, Instituto Lukács, 2020.

_____. Marx e Engels como Historiadores da Literatura. Tradução de Nélio Schneider – São Paulo, Boitempo, 2016.

LYOTARD, J. F. A condição pós-moderna. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

MARX, K. O Capital: crítica da economia burguesa. Livro I: o processo de produção do capital. [Tradução de Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. As lutas de classes na França. [Tradução de Nélio Schneider]. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. MARX, K. O Capital: crítica da economia burguesa. Livro I: o processo de produção do capital. Volume 2. [Tradução de Reginaldo Sant’Anna]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital. [Tradução de Paulo Cesar Castanheira e Sérgio Lessa]. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, J. P. e CARVALHO, M.C.B. Cotidiano, Conhecimento e Crítica. São Paulo, Cortez, 2012.

ROUANET, S. P. Mal-Estar na Modernidade. São Paulo, Companhia da Letras, 1993.

SIMIONATTO, I. Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática. In Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 88 – 102.